

O PROCESSO DE AUTOAVALIAÇÃO INSTITUCIONAL

A autoavaliação faz parte da história da UFSC na busca pela melhoria contínua em todos os seus processos relacionados ao ensino, à pesquisa e à extensão. Até o ano de 1993, a autoavaliação da UFSC era realizada de maneira informal nas diversas instâncias e cursos, resultando em ações isoladas. No entanto, ainda em 1993, esse processo foi institucionalizado por meio da criação e implementação do Projeto de Avaliação Institucional da UFSC (PAIUFSC), conforme previsto no Programa de Avaliação Institucional das Universidades Brasileiras (PAIUB). A autoavaliação na UFSC sempre foi pautada nas orientações e princípios do Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior (SINAES), aprovado pela Comissão Nacional de Avaliação da Educação Superior (CONAES). Atualmente, esse processo deve ser realizado contemplando-se dez dimensões: missão e PDI; políticas para o ensino, a pesquisa, a pós-graduação e a extensão; responsabilidade social da IES; comunicação com a sociedade; políticas de pessoal, as carreiras do corpo docente e técnico-administrativo; organização e gestão da IES; infraestrutura física; planejamento e avaliação; políticas de atendimento aos estudantes e sustentabilidade financeira. Nesse contexto de avaliação e autoavaliação, foi criada a Comissão Própria de Avaliação (CPA), que, de acordo com o art. 11 da Lei nº 10.861/2004, é responsável pela condução dos processos de avaliação interna e sistematização e prestação de informes solicitados pelo INEP/MEC. A CPA constitui-se num elo entre

A importância da participação de toda a comunidade acadêmica é inegável, contribuindo para o aperfeiçoamento de nossa universidade em diferentes dimensões.

os órgãos oficiais de avaliação externa do Ministério da Educação e a Universidade. O processo de autoavaliação deve seguir, no mínimo, cinco etapas: preparação dos instrumentos de coleta de dados, coleta dos dados, análise e sistematização dos dados, divulgação dos resultados e, por último, a realização de ações que visem à potencialização dos aspectos positivos e à busca da minimização dos aspectos negativos identificados em fontes documentais e nos questionários aplicados.

Neste momento, a Comissão se prepara para mais um processo de autoavaliação. Os dados serão coletados entre 1º de dezembro de 2014 e 20 de fevereiro de 2015. A importância da participação de toda a comunidade acadêmica é inegável, contribuindo para o aperfeiçoamento de nossa universidade em diferentes dimensões. Consideramos que esse é um exercício legítimo da cidadania acadêmica, e a CPA precisa ouvir o que a comunidade tem a dizer sobre a UFSC.

O instrumento foi pensado para que cada pessoa dedique no máximo dez minutos a essa atividade. A participação de estudantes, professores e técnicos nos permitirá compreender melhor a UFSC, em uma dimensão mais ampla. Os resultados desse processo certamente tornarão a Universidade melhor e mais preparada para enfrentar desafios futuros.

Prof. Dr. Irineu Afonso Frey
Presidente da Comissão Própria de Avaliação da UFSC

CAMPI

DEBATES PÚBLICOS DISCUTEM INSTITUCIONALIZAÇÃO DOS CAMPI ATÉ DEZEMBRO

A Administração Central da UFSC está promovendo, sob a coordenação de Carlos Vieira, chefe do Gabinete da Reitoria, fóruns sobre a institucionalização dos campi. O primeiro aconteceu no dia 14 de novembro, em Curitiba. O cronograma de discussões segue até o próximo dia 4 de dezembro.

A iniciativa atende a um compromisso firmado pela gestão, reiterado durante a greve nacional dos técnicos-administrativos em Educação, e é resultado das atividades realizadas pelo grupo de trabalho (GT) criado pela Portaria nº 1871/2014/GR, de 24 de setembro de 2014. O GT conta com representação paritária de todos os campi – um docente, um técnico-administrativo em Educação (TAE) e um estudante, cada um com seus respectivos suplentes – e tem como objetivo elaborar as propostas para a institucionalização.

De acordo com o coordenador do GT, Carlos Antonio Oliveira Vieira, as discussões já foram feitas anteriormente pelos diretores dos campi e por membros do Gabinete da Reitoria. As reuniões públicas visam ampliar a discussão sobre o tema. “Nos fóruns, o grupo de trabalho vai apresentar à comunidade a metodologia da institucionalização, a estrutura atual e, pelo menos, três alternativas de institucionalização dos campi”, informa.

“Institucionalizar significa criar essa entidade campi fora de sede dentro do Estatuto, do Regimento e de todas as resoluções da Universidade, para que possam ter representatividade em todos os órgãos colegiados dessa instituição”, explica Vieira. A partir da institucionalização, os campi poderão ter centros de ensino e departamentos, estruturas necessárias para obter representação nos órgãos mencionados.

GRADUAÇÃO

COMUNIDADE PODE SOLICITAR BOLSAS DE ESTÁGIO ATÉ DEZEMBRO

A Pró-Reitoria de Graduação (Prograd) lançou o Edital Programa Institucional de Bolsas de Estágio (PIBE 2015), relativo ao estágio não obrigatório na UFSC. Para o Programa serão disponibilizadas 800 bolsas, a serem implementadas a partir de março do ano que vem, das quais 90 serão destinadas a estudantes com deficiência.

As solicitações — que devem ser encaminhadas a partir do endereço www.pibe.ufsc.br — serão analisadas por uma comissão de avaliação nomeada pela Prograd. De acordo com o edital, a classificação e distribuição das bolsas de estágio que integram o PIBE não atenderão a solicitações cujas atividades se caracterizem como de extensão, de pesquisa (iniciação científica) ou de monitoria.

As inscrições começaram no dia 17 de novembro e seguem até 15 de dezembro de 2014. Os resultados serão divulgados em 3 de março de 2015. O edital completo está disponível no site do Departamento de Integração Acadêmica e Profissional (DIP) da UFSC.

ADMINISTRAÇÃO

RDC GERA ECONOMIA PARA A UFSC

O Departamento de Licitações (DPL) da Pró-Reitoria de Administração (Proad) da UFSC esclarece que a média de descontos em certames realizados sob o Regime Diferenciado de Contratação (RDC) na Universidade é de cerca de 12,16% para disputas pelo maior desconto ofertado e de 4,26% para disputas com o orçamento sigiloso, julgadas pelo menor preço. O diretor do DPL, Ricardo da Silveira Porto, informa que já foram obtidos descontos de até 25,66% em certames sob o RDC.